PLOA 2027: ORÇAMENTO PARA INVESTIMENTOS DA UNIÃO EM INFRAESTRUTURAS DE TRANSPORTE RECUA 4,0% EM RELAÇÃO A 2026

O Poder Executivo encaminhou ao Congresso Nacional, em 31 de agosto de 2026 (data-limite do prazo constitucional), o Projeto de Lei Orçamentária de 2027 (PLOA 2027), que tramita como Projeto de Lei do Congresso Nacional (PLN) nº 24/2026. A proposta traça as diretrizes que nortearão o orçamento do próximo exercício, definindo o volume de gastos públicos, as metas fiscais perseguidas pelo governo e o montante destinado a investimentos. Desde então, a matéria está sob exame do Legislativo, onde estará sujeita a emendas individuais de parlamentares, das bancadas estaduais, dos relatores setoriais e do relator-geral do PLOA, ainda não definido pela Comissão Mista de Orçamento. O calendário de tramitação da proposta já foi divulgado pelas Consultorias de Orçamento do Congresso[1] e prevê o encerramento do prazo de apreciação até 22 de dezembro de 2026.

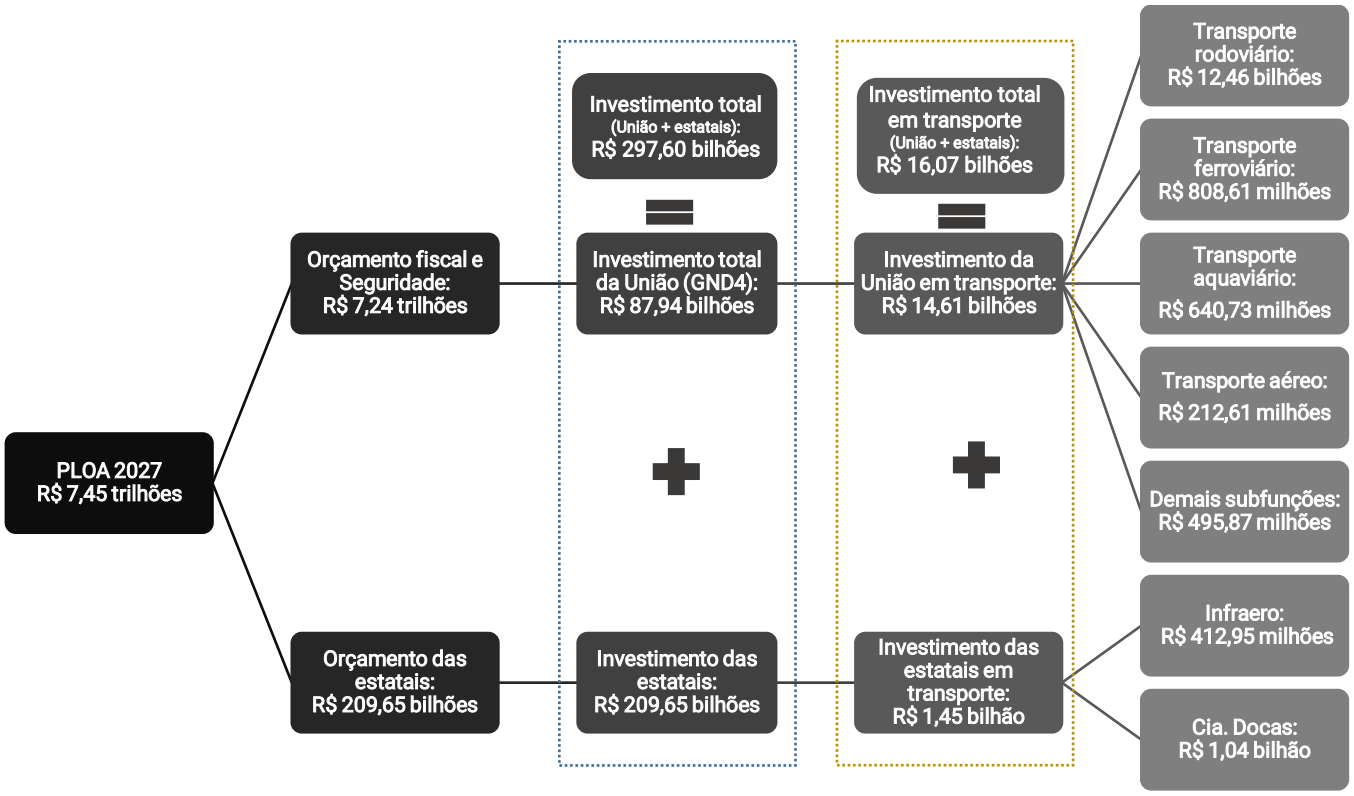
Esta edição da **Série de Economia – Investimentos em Transporte** debruça-se sobre essa proposta inicial do PLOA, examinando especificamente os recursos que a União destina às infraestruturas de transporte. Essa análise poderá subsidiar a atuação parlamentar na destinação de verbas a obras de maior retorno para a sociedade. Esse esforço é ainda mais necessário, uma vez que, historicamente, os valores aprovados e efetivamente executados a cada ano ficam aquém das reais necessidades de investimento do setor de transporte e logística.

A Figura 1, adiante, sintetiza como está organizado o direcionamento dos recursos orçamentários previstos no PLOA 2027. Do total de R$ 7,45 trilhões em despesas estimadas para o exercício, R$ 7,24 trilhões correspondem ao orçamento fiscal e da seguridade social, ao passo que R$ 209,65 bilhões são reservados ao orçamento das estatais. Do orçamento total da União, apenas 1,2% (R$ 87,94 bilhões) está previsto para investimentos, parcela que, somada à das estatais, eleva o total federal programado para 2027 a R$ 297,60 bilhões. Esse montante é 12,8% superior ao previsto no PLOA 2026, quando a cifra correspondente havia alcançado R$ 263,86 bilhões[2].

[1] congressonacional.leg.br/web/orcamento/acompanhe/orcamento-anual/-/loa/2027/informacoes/notas-tecnicas
[2] Valores corrigidos pelo IPCA, a preços de agosto de 2026.

Essa trajetória de expansão, contudo, não se reflete de igual maneira no setor de transporte. A fatia destinada às infraestruturas rodoviária, ferroviária, aquaviária e aérea perde espaço no total programado pela União e pelas estatais. Para 2027, o setor receberá R$ 16,07 bilhões (5,4% dos recursos), divididos entre o orçamento fiscal e da seguridade social (R$ 14,61 bilhões) e o orçamento das estatais (R$ 1,45 bilhão). O montante fica R$ 661,28 milhões abaixo do previsto no PLOA 2026 (R$ 16,73 bilhões), uma retração de 4,0%.

Figura 1 – Resumo do PLOA 2027 (PLN 24/2026)



Fonte: Elaboração CNT, com dados de PLN 24/2026.

PLOA 2027 (PLN 24/2026)

Em linhas gerais, o PLOA 2027 propõe um volume de recursos superior tanto ao proposto no PLOA 2026 quanto ao efetivamente aprovado na Lei Orçamentária Anual daquele exercício (LOA 2026), como evidencia a Tabela 1, a seguir.

Nas despesas correntes, a proposta de 2027 supera em R$ 231,54 bilhões o valor previsto no PLOA 2026 e em R$ 2,27 trilhões o montante autorizado na LOA 2026. As despesas de capital seguem a mesma tendência de alta. Os R$ 3,04 trilhões propostos no PLOA 2027 representam um acréscimo de R$ 433,43 bilhões frente ao PLOA 2026 e de R$ 462,47 bilhões em relação ao que foi autorizado pela LOA 2026.

Dentro desse grupo, o item que mais se expandiu em termos absolutos foi a **amortização da dívida**, com incremento de R$ 344,54 bilhões sobre o PLOA 2026 e de R$ 376,89 bilhões sobre a LOA 2026. Diferentemente do observado no ano anterior, os **investimentos** da União também registram

avanço. O montante de **R$ 87,94 bilhões** previsto no PLOA 2027 supera em **R$ 30,30 bilhões** o valor do PLOA 2026 (R$ 57,65 bilhões) e em **R$ 23,51 bilhões** o valor autorizado na LOA 2026 (R$ 64,43 bilhões). Desse total, a parcela majoritária destina-se às ações do Poder Executivo (R$ 62,51 bilhões) e ao aporte na Reserva de Contingência (R$ 22,38 bilhões), distribuindo-se o restante entre o Poder Judiciário, o Poder Legislativo, o Ministério Público e Outros Encargos.

Ao longo da tramitação no Congresso Nacional, esse montante poderá ser novamente ampliado por meio da atuação de parlamentares, bancadas estaduais e do relator-geral do Orçamento Geral da União 2027. O total de despesas autorizadas para o **orçamento das estatais** soma R$ 209,65 bilhões, R$ 3,44 bilhões acima do previsto no PLOA 2026 e R$ 6,28 bilhões superior ao autorizado pela LOA 2026.

Tabela 1 – Comparativo PLN 24/2026 com o PLOA 2026* e a LOA 2026*, por categoria econômica (R$ bilhões)

Categoria Econômica	PLOA 2027	PLOA 2026	LOA 2026	Diferença PLOA 2027 – PLOA 2026	Diferença PLOA 2027 – LOA 2026
Despesas da União	**7.239,47**	**6.599,59**	**4.486,98**	**639,88**	**2.752,49**
Despesas Correntes	**4.140,44**	**3.908,90**	**1.868,35**	**231,54**	**2.272,09**
Pessoal e Encargos Sociais	509,45	510,22	312,77	-0,77	196,68
Juros e Encargos da Dívida	826,18	671,14	661,76	155,04	164,42
Outras Despesas Correntes	2.804,81	2.727,54	893,83	77,27	1.910,99
Despesas de Capital	**3.043,62**	**2.610,19**	**2.581,15**	**433,43**	**462,47**
Investimentos	**87,94**	**57,65**	**64,43**	**30,30**	**23,51**
Inversões Financeiras	296,84	238,25	234,77	58,59	62,07
Amortização da Dívida	2.658,84	2.314,29	2.281,95	344,54	376,89
Reserva de Contingência	**55,40**	**80,50**	**37,47**	**-25,10**	**17,93**
Despesas das Estatais	**209,65**	**206,21**	**203,37**	**3,44**	**6,28**
Total	**7.449,12**	**6.805,80**	**4.690,35**	**643,32**	**2.758,77**

Fonte: Elaboração CNT, com dados de PLN 24/2026, LOA 2026 e PLN 15/2025.
*Valores atualizados pelo IPCA, a preços de agosto de 2026.

INVESTIMENTOS PREVISTOS EM TRANSPORTE NO PLOA 2027

A Tabela 2, mais adiante, discrimina as despesas do **Ministério dos Transportes**, segundo os Grupos de Natureza da Despesa (GND). O montante destinado no PLOA 2027 (R$ 19,36 bilhões) praticamente se equipara ao previsto no PLOA 2026 (R$ 19,20 bilhões) e à LOA 2026 (R$ 19,75 bilhões). Ao se decompor a despesa por natureza, verifica-se a redução no peso da reserva de contingência (recursos sem destinação específica), que recua de 8,5% no PLOA 2026 e 8,1% na LOA 2026 para 6,5% do orçamento total do Ministério no PLOA 2027.

Esse movimento segue parcialmente compensado pelo avanço de Outras Despesas Correntes, que sobe de 11,0% no PLOA 2026 e 11,3% na LOA 2026, para 13,3% da composição no PLOA 2027. Os investimentos, por sua vez, mantêm-se em patamar estável nas três bases (R$ 13,67 bilhões no PLOA 2027, ante R$ 13,65 bilhões no PLOA 2026 e R$ 13,87 bilhões na LOA 2026), preservando

fatia próxima de 70,0% e 71,0% do orçamento ministerial. As inversões financeiras[3], ainda que residuais no conjunto do orçamento (0,6% do total), apresentaram uma elevação expressiva, saltando de R$ 9,90 milhões, no PLOA 2026, para R$ 114,39 milhões, no PLOA 2027.

Tabela 2 – Comparativo PLN 24/2026 com o PLOA 2026* e a LOA 2026*, por Grupo de Natureza da Despesa (GND) para o Ministério dos Transportes (R$ bilhões)

Código/Especificação	PLOA 2027	%PLOA 2027	PLOA 2026	%PLOA 2026	LOA 2026	%LOA 2026
Ministério dos Transportes	**19,36**	**100,0%**	**19,20**	**100,0%**	**19,75**	**100,0%**
1 – Pessoal e Encargos Sociais	1,73	8,9%	1,80	9,4%	1,78	9,0%
3 – Outras Despesas Correntes	2,58	13,3%	2,12	11,0%	2,24	11,3%
4 – Investimentos	13,67	70,6%	13,65	71,1%	13,87	70,2%
5 – Inversões Financeiras	0,11	0,6%	0,01	0,1%	0,26	1,3%
9 – Reservas de Contingência	1,27	6,5%	1,63	8,5%	1,60	8,1%

Fonte: Elaboração CNT, com dados de PLN 24/2026, LOA 2026 e PLN 15/2025.
*Valores atualizados pelo IPCA, a preços de agosto de 2026.

Já o **Ministério de Portos e Aeroportos**, conforme retratado na Tabela 3, adiante, teve seu orçamento reduzido em R$ 936,12 milhões em comparação ao PLOA 2026. A despesa total prevista para 2027 (R$ 3,18 bilhões) fica abaixo tanto do PLOA 2026 (R$ 4,12 bilhões) quanto da LOA 2026 (R$ 4,08 bilhões).

Esse movimento decorre, sobretudo, da diminuição das inversões financeiras, que saem de 42,0% (PLOA 2026) e 41,9% (LOA 2026) para 1,4% da composição orçamentária da pasta. Nas edições anteriores da lei orçamentária, esses valores eram substancialmente maiores, alcançando R$ 1,73 bilhão no PLOA 2026 e R$ 1,71 bilhão na LOA 2026. No PLOA 2027, a rubrica cai para R$ 43,00 milhões.

Em sentido contrário, os aportes ganham espaço e atingem R$ 941,53 milhões no PLOA 2027, frente a R$ 768,24 milhões no PLOA 2026 e R$ 802,92 milhões na LOA 2026, ampliando sua fatia de 18,7% (PLOA 2026) e 19,7% (LOA 2026) para 29,6% do orçamento do Ministério.

Tabela 3 – Comparativo PLN 24/2026 com o PLOA 2026* e a LOA 2026*, por Grupo de Natureza da Despesa (GND) para o Ministério de Portos e Aeroportos (R$ bilhões)

Código/Especificação	PLOA 2027	%PLOA 2027	PLOA 2026	%PLOA 2026	LOA 2026	%LOA 2026
Ministério de Portos e Aeroportos	**3,18**	**100,0%**	**4,12**	**100,0%**	**4,08**	**100,0%**
1 – Pessoal e Encargos Sociais	0,82	25,8%	0,79	19,1%	0,78	19,0%
3 – Outras Despesas Correntes	0,72	22,6%	0,62	15,0%	0,58	14,3%
4 – Investimentos	0,94	29,6%	0,77	18,7%	0,80	19,7%
5 – Inversões Financeiras	0,04	1,4%	1,73	42,0%	1,71	41,9%
9 – Reservas de Contingência	0,65	20,6%	0,21	5,2%	0,21	5,1%

Fonte: Elaboração CNT, com dados de PLN 24/2026, LOA 2026 e PLN 15/2025.
*Valores atualizados pelo IPCA, a preços de agosto de 2026.

[3] Categoria de despesa capital destinada à aquisição de imóveis e bens de capital já em uso, à aquisição de títulos ou participações societárias sem aumento de capital, ou à constituição e ao aumento de capital de empresas já existentes.

Consolidando os dois ministérios na Tabela 4, adiante, verifica-se que o volume de recursos previsto pela União (à parte as estatais) para infraestruturas de transporte em 2027 totaliza R$ 14,61 bilhões, como está sistematizado na Figura 1, apresentada anteriormente.

Tabela 4 – Comparativo PLN 24/2026 com o PLOA 2026* e a LOA 2026*, por Grupo de Natureza da Despesa (GND): Total Ministério dos Transportes e Ministério de Portos e Aeroportos (R$ bilhões)

Código/Especificação	PLOA 2027	%PLOA 2027	PLOA 2026	%PLOA 2026	LOA 2026	%LOA 2026
Total	**22,54**	**100,0%**	**23,32**	**100,0%**	**23,82**	**100,0%**
1 – Pessoal e Encargos Sociais	2,55	11,3%	2,59	11,1%	2,55	10,7%
3 – Outras Despesas Correntes	3,30	14,6%	2,73	11,7%	2,82	11,8%
4 – Investimentos	**14,61**	**64,8%**	**14,42**	**61,8%**	**14,67**	**61,6%**
5 – Inversões Financeiras	0,16	0,7%	1,74	7,5%	1,97	8,3%
9 – Reservas de Contingência	1,92	8,5%	1,84	7,9%	1,81	7,6%

Fonte: Elaboração CNT, com dados de PLN 24/2026, LOA 2026 e PLN 15/2025.
*Valores atualizados pelo IPCA, a preços de agosto de 2026.

A Tabela 5, adiante, discrimina os investimentos por unidade orçamentária responsável pela execução das ações no setor de transporte, para cada ministério. No Ministério dos Transportes, o Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (DNIT) mantém-se em patamar estável frente ao PLOA 2026, com dotação de R$ 12,42 bilhões (alta de 1,4%). O quadro muda na comparação com a LOA 2026, em que a autarquia teve perda de R$ 482,93 milhões, representando recuo de 3,7%. A Administração Direta do Ministério, por sua vez, recuou 20,3% frente ao PLOA 2026, somando R$ 800,46 milhões, mas subiu 31,4% em relação à LOA 2026 (R$ 609,33 milhões).

A Valec (atual Infra S.A.) segue trajetória de expansão consistente nas duas bases, com altas de 11,6% sobre o PLOA 2026 e de 25,8% sobre a LOA 2026. Já a ANTT registra o salto percentual mais acentuado entre as unidades do Ministério, com avanço de 532,3% frente ao PLOA 2026, alcançando R$ 6,59 milhões.

No Ministério de Portos e Aeroportos, a Administração Direta cresceu de forma homogênea nas duas bases, com altas de 45,3% e 36,5%, somando R$ 693,26 milhões no PLOA 2027. O Fundo Nacional de Aviação Civil (FNAC)[4] é a única unidade do setor a apresentar retração nas duas comparações, com quedas de 23,9% frente ao PLOA 2026 e de 25,1% ante a LOA 2026, contrastando com o movimento predominantemente positivo observado no restante do Ministério. A Agência Nacional de Aviação Civil (Anac) apresentou um avanço de 92,1% frente ao PLOA 2026 e 94,9% ante a LOA 2026, alcançando R$ 18,30 milhões. Por fim, a Agência Nacional de Transportes Aquaviários (ANTAQ) acompanha a ANTT no padrão de saltos percentuais elevados, com alta de 776,8% frente ao PLOA 2026, chegando a R$ 17,36 milhões.

[4] O Fundo Nacional de Aviação Civil (FNAC) já foi objeto de análise específica da CNT na Série Parcerias – Aeroportos (fevereiro de 2025), que identificou um padrão recorrente de baixa execução orçamentária do Fundo: entre 2011 e 2024, em média apenas 37,8% da despesa total do FNAC correspondeu efetivamente a investimentos, e os valores autorizados para investimento nos últimos exercícios analisados pelo estudo situam-se na mesma ordem de grandeza dos valores agora observados na Tabela 5, reforçando a trajetória de recursos modestos e voláteis destinados ao Fundo.

Tabela 5 – Comparativo PLN 24/2026 com o PLOA 2026* e a LOA 2026*, por unidade orçamentária dos ministérios dos Transportes e de Portos e Aeroportos (R$ milhões)

PLOA	PLOA 2027	PLOA 2026	LOA 2026	Diferença PLOA 2027 – PLOA 2026		Diferença PLOA 2027 – LOA 2026	
Ministério dos Transportes	**13.672,42**	**13.649,23**	**13.868,68**	**23,19**	**0,2%**	**-196,26**	**-1,4%**
DNIT	12.423,77	12.247,73	12.906,70	176,04	1,4%	-482,93	-3,7%
Administração Direta	800,46	1.004,18	609,33	-203,71	-20,3%	191,13	31,4%
Valec	441,00	395,24	350,59	45,76	11,6%	90,41	25,8%
ANTT	6,59	1,04	1,03	5,55	532,3%	5,56	541,3%
Funset	0,60	1,04	1,03	-0,44	-42,4%	-0,43	-41,6%
Ministério de Portos e Aeroportos	**941,53**	**768,24**	**802,92**	**173,29**	**22,6%**	**138,62**	**17,3%**
Administração Direta	693,26	477,25	507,76	216,02	45,3%	185,50	36,5%
FNAC	212,61	279,49	283,81	-66,89	-23,9%	-71,20	-25,1%
Anac	18,30	9,52	9,39	8,78	92,1%	8,91	94,9%
ANTAQ	17,36	1,98	1,95	15,38	776,8%	15,41	789,2%
FMM[5]	-	-	-	-	-	-	-
Total	**14.613,96**	**14.417,47**	**14.671,60**	**196,48**		**-57,64**	

Fonte: Elaboração CNT, com dados de PLN 24/2026, LOA 2026 e PLN 15/2025.
*Valores atualizados pelo IPCA, a preços de agosto de 2026.

A classificação por função e subfunção orçamentária (Tabela 6) permite qualificar onde se concentram os recursos destinados ao transporte no PLOA 2027. O modo rodoviário segue absorvendo a maior fatia, com R$ 12,46 bilhões (85,2% do total), patamar semelhante ao do PLOA 2026, quando esse percentual alcançava 86,0%. Vale registrar que a Pesquisa CNT de Rodovias 2025 estimou em R$ 49,93 bilhões a necessidade de investimentos em manutenção, restauração e reconstrução das rodovias federais sob gestão pública, um hiato de 4,01 vezes frente aos R$ 12,46 bilhões reservados ao transporte rodoviário no PLOA 2027.

Os modos ferroviário, aquaviário e aéreo dividem o restante, com 5,5%, 4,4% e 1,5%, respectivamente, do orçamento. O aquaviário registra a maior variação relativa entre os quatro modos, com altas de 35,6% frente ao PLOA 2026 (R$ 472,65 milhões) e de 27,5% ante a LOA 2026 (R$ 502,63 milhões), elevando sua parcela para 4,4% do total no PLOA 2027, alcançando R$ 640,73 milhões. Situação inversa ocorre no transporte aéreo, cuja fatia recua de 1,9% nas duas bases anteriores para 1,5% na proposta atual, com o montante caindo de R$ 279,49 milhões (PLOA 2026) e R$ 283,81 milhões (LOA 2026) para R$ 212,61 milhões.

O ferroviário exibe leituras distintas conforme a base. Em relação ao PLOA 2026, tanto o valor (R$ 929,22 milhões) quanto a participação (6,4%) eram superiores aos da proposta atual (R$ 808,61 milhões; 5,5%). Já frente à LOA 2026, o cenário se inverte, com o valor aprovado (R$ 515,73 milhões; 3,5% do total) bem inferior ao agora previsto.

[5] Não há previsão de despesas classificadas em GND 4 para o Fundo da Marinha Mercante (FMM).

Tabela 6 – Comparativo PLN 24/2026 com o PLOA 2026* e a LOA 2026*, por subfunção do transporte (R$ milhões)

Função/Subfunção	PLOA 2027	%PLOA 2027	PLOA 2026	%PLOA 2026	LOA 2026	%LOA 2026
26 Transporte	**14.614,23**	**100,0%**	**14.417,47**	**100,0%**	**14.670,57**	**100,0%**
Rodoviário	12.456,41	85,2%	12.403,30	86,0%	13.056,67	89,0%
Ferroviário	808,61	5,5%	929,22	6,4%	515,73	3,5%
Aquaviário	640,73	4,4%	472,65	3,3%	502,63	3,4%
Demais Subfunções	495,87	3,4%	332,81	2,3%	311,73	2,1%
Aéreo	212,61	1,5%	279,49	1,9%	283,81	1,9%

Fonte: Elaboração CNT, com dados de PLN 24/2026, LOA 2026 e PLN 15/2025.
*Valores atualizados pelo IPCA, a preços de agosto de 2026.

A Tabela 7, adiante, apresenta a proposta de alocação para o transporte do PLOA 2027 no âmbito do orçamento de investimento das empresas estatais. Do total de R$ 1,45 bilhão previsto para o setor, 71,6% (R$ 1,04 bilhão) destina-se ao modo aquaviário, por meio das Companhias Docas, e os 28,4% restantes (R$ 412,95 milhões) são direcionados ao transporte aéreo, via Infraero.

O valor proposto para o aquaviário fica abaixo tanto do PLOA 2026 (R$ 1,79 bilhão) quanto da LOA 2026 (R$ 1,76 bilhão), refletindo recuos de R$ 748,54 milhões e R$ 723,54 milhões, respectivamente. Essa retração concentra-se, sobretudo, na Autoridade Portuária de Santos S.A., cuja dotação cai R$ 435,98 milhões frente ao PLOA 2026 e R$ 265,82 milhões ante a LOA 2026.

Movimento semelhante, ainda que de menor magnitude, aparece na Companhia Docas do Pará, com quedas de R$ 10,93 milhões e R$ 7,47 milhões nas respectivas comparações. A Companhia das Docas do Estado da Bahia também recua nas duas bases, em R$ 66,36 milhões e R$ 97,09 milhões, assim como a Companhia Docas do Rio Grande do Norte, com retrações de R$ 86,43 milhões e R$ 83,66 milhões. Já a Companhia Docas do Ceará é a única a apresentar crescimento, com acréscimos de R$ 16,90 milhões e R$ 17,60 milhões em ambas as bases. A Companhia Docas do Rio de Janeiro completa o grupo, com quedas de R$ 165,75 milhões e R$ 162,84 milhões. Em relação à Infraero, observa-se recuo de R$ 109,49 milhões frente ao PLOA 2026 e de R$ 103,22 milhões ante a LOA 2026, tendência que acompanha a retração generalizada já identificada no segmento aquaviário.

Tabela 7 – Comparativo PLN 24/2026 com o PLOA 2026* e a LOA 2026*, para o orçamento de investimentos das estatais no setor de transporte (R$ milhões)

Unidade Orçamentária	PLOA 2027	PLOA 2026	LOA 2026	Diferença PLOA 2027 – PLOA 2026	Diferença PLOA 2027 – LOA 2026
Aquaviário	**1.040,23**	**1.788,77**	**1.763,77**	**-748,54**	**-723,54**
Autoridade Portuária de Santos S.A.	355,96	791,94	621,78	-435,98	-265,82
Companhia Docas do Pará (CDP)	236,50	247,43	243,97	-10,93	-7,47
Companhia Docas do Estado da Bahia (Codeba)	226,05	292,40	323,13	-66,36	-97,09
Companhia Docas do Rio Grande do Norte (Codern)	111,58	198,01	195,24	-86,43	-83,66
Companhia Docas do Ceará (CDC)	67,21	50,31	49,61	16,90	17,60

Companhia Docas do Rio de Janeiro (CDRJ)	42,93	208,68	205,76	-165,75	-162,84
Aéreo	**412,95**	**522,44**	**516,17**	**-109,49**	**-103,22**
Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária (Infraero)	412,95	522,44	516,17	-109,49	-103,22
Total	**1.453,18**	**2.311,22**	**2.279,94**	**-858,03**	**-826,76**

Fonte: Elaboração CNT, com dados de PLN 24/2026, LOA 2026 e PLN 15/2025.
*Valores atualizados pelo IPCA, a preços de agosto de 2026.

No que se refere aos recursos para emendas parlamentares, o Volume 1 do PLOA 2027 traz uma linha específica de "Reserva para Emendas". Trata-se de um piso agregado, válido para todo o orçamento federal, que antecipa o volume de recursos a ser posteriormente classificado sob os identificadores RP[6] 6 (emendas individuais) e RP 7 (emendas de bancada estadual). Enquanto consta como reserva, esse valor ainda não está decomposto por setor, uma vez que a alocação específica ao transporte só se define ao longo da tramitação legislativa, quando o Congresso distribui as emendas entre órgãos e ações orçamentárias.

No PLOA 2027, a Reserva para Emendas soma R$ 44,76 bilhões[7], conforme apontado pela Tabela 8. Esse montante equivale a 80,8% do total da Reserva de Contingência, de R$ 55,40 bilhões. Essa proporção é superior à observada no PLOA 2026, quando a reserva de R$ 42,53 bilhões representava 52,8% dos R$ 80,50 bilhões então reservados. Esse avanço indica que uma fatia cada vez maior da Reserva de Contingência do orçamento federal já está comprometida com o piso constitucional de emendas.

Tabela 8 – Reserva para Emendas Parlamentares nos PLOAs 2027 e 2026* (R$ bilhões)

Código/Especificação	PLOA 2027	PLOA 2026
Reservas de Contingência	**55,40**	**80,50**
Reserva para Emendas Parlamentares	44,76	42,53
Participação da Reserva para Emendas Parlamentares (%)	80,8%	52,8%

Fonte: Elaboração CNT, com dados de PLN 24/2026, LOA 2026 e PLN 15/2025.
*Valores atualizados pelo IPCA, a preços de agosto de 2026.

Após a aprovação da LOA 2026, esses recursos foram efetivamente distribuídos, conforme representado pela Tabela 9. O Ministério dos Transportes recebeu R$ 237,81 milhões em emendas individuais e de bancada, sendo R$ 2,57 milhões de RP 6 e R$ 235,24 milhões de RP 7. O Ministério de Portos e Aeroportos recebeu R$ 7,55 milhões, sendo R$ 102.766,80 de RP 6 e R$ 7,45 milhões de RP 7. O setor de transporte somou, portanto, R$ 245,37 milhões em emendas. Esse montante representa apenas 0,6% da Reserva para Emendas Parlamentares fixada no PLOA 2026, evidenciando que o setor capta uma fração modesta dos recursos de emendas do orçamento federal.

Esse quadro aponta duas frentes concretas de mobilização institucional. A primeira é a sub-representação das emendas individuais. O RP 6 respondeu por apenas R$ 2,67 milhões,

[6] O Identificador de Resultado Primário (RP) classifica cada dotação orçamentária quanto à sua origem e ao regime de execução, e acompanha a despesa da proposta à execução final. Além do RP 6 e do RP 7, existe ainda o RP 8 (emendas de comissão ou do relator-geral), sem piso constitucional próprio; as demais categorias (RP 0 a RP 3) abrangem despesas financeiras, obrigatórias e discricionárias de iniciativa do próprio Poder Executivo.
[7] No PLOA 2027, as emendas parlamentares representam aproximadamente 0,6% do total das despesas e 15,8% das despesas discricionárias.

representando 1,1% do total, o que sugere um canal ainda pouco explorado junto a parlamentares isoladamente, em contraste com a atuação já consolidada das bancadas estaduais. A segunda é a ausência completa de emendas de relator ou de comissão, visto que o RP 8 não registrou nenhum valor para o setor na LOA 2026.

Tabela 9 – Destinação da Reserva para Emendas Parlamentares ao Setor de Transporte na LOA 2026* (R$ milhões)

Emendas Individuais e de Bancada por Órgão	LOA 2026
Reservas de Contingência	**37.474,23**
Ministério dos Transportes	**237,81**
RP 6 – Individuais	2,57
RP 7 – Bancada Estadual	235,24
Ministério de Portos e Aeroportos	**7,55**
RP 6 – Individuais	0,10
RP 7 – Bancada Estadual	7,45

Fonte: Elaboração CNT, com dados de PLN 24/2026, LOA 2026 e PLN 15/2025.
*Valores atualizados pelo IPCA, a preços de agosto de 2026.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A leitura do PLN 24/2026 indica uma retração no volume de investimentos públicos federais destinados à infraestrutura de transporte. Em comparação com o PLOA 2026, observa-se uma redução de R$ 661,28 milhões (-4,0%), somando-se os aportes da União e das estatais no setor. Essa variação agregada, contudo, não se reflete de modo uniforme entre os órgãos e unidades orçamentárias, pois há aumentos em algumas frentes e retrações em outras, como demonstrado ao longo desta análise. Esse quadro evidencia a necessidade de analisar o orçamento do setor para além de seu montante total, considerando a distribuição dos recursos entre os diferentes ministérios, unidades executoras e modos de transporte. A adequada alocação das dotações é particularmente relevante para assegurar a continuidade das obras e direcionar os recursos às áreas com maiores necessidades de infraestrutura.

Tal resultado dá continuidade à trajetória observada nos últimos exercícios orçamentários. Nos dois ciclos precedentes, os recursos haviam recuado 9,2% no PLOA 2025 e 16,5% no PLOA 2026, em comparação com os PLOAs de 2024 e 2025, respectivamente. O cenário reforça a importância da atuação do Congresso Nacional durante a tramitação do PLOA 2027, inclusive por meio de emendas parlamentares, como instrumento de complementação dos recursos destinados ao setor. Nesse sentido, os dados apresentados nesta edição sobre essas emendas apontam uma margem concreta de atuação institucional ainda pouco explorada pelo setor. Do piso de R$ 42,53 bilhões reservado para emendas no PLOA 2026, o transporte captou apenas R$ 245,37 milhões na LOA aprovada. Esse hiato, somado à sub-representação das emendas individuais e à ausência de emendas de relator ou de comissão, delineia um espaço de mobilização parlamentar a ser perseguido ao longo da apreciação da proposta.

Equipe Técnica da CNT

Elaboração
Fernanda Rezende, Diretora Executiva
Fernanda Schwantes, Gerente Executiva de Economia
Ana Luísa Normando, Analista em Economia
Carlos Eduardo Espinel, Analista em Economia
Enzo Sanches Fernandes, Analista em Economia
Raphael Vieira dos Santos, Analista em Economia
Fernando Nogueira Salviano, Estagiário

Revisão e comunicação
Anna Guedes, Revisora
Vanessa Montenegro, Atendimento

Documento finalizado em: 18/09/2026.

A **Série de Economia – Investimentos em Transporte** tem como objetivo analisar a dinâmica de investimentos públicos e privados em todas as modalidades de transporte de cargas e passageiros. Para ler as edições deste e de outros informes e boletins temáticos para o transporte, consulte cnt.org.br.